

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 09/Mar



cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2738/2022



AMEAÇA A NOSSA APOSENTADORIA ESPECIAL

MOBILIZAÇÃO GERAL CONTRA A TENTATIVA DE RETIRAR NOSSA APOSENTADORIA ESPECIAL

Não mexam com a APOSENTADORIA ESPECIAL dos VIGILANTES!

SINDESV-DF

O Senador Esperidião Amim encaminhou para votação nesta semana na Comissão de Assuntos Econômicos – CAE um Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar - PLP nº 245/2019 retirando dos Vigilantes que trabalham desarmados o direito já conquistado a aposentadoria especial. Se aprovado o texto o Vigilante e o Guarda Municipal somente terá direito a aposentadoria especial com 60 anos de idade e 25 de contribuição, mas provando o uso permanentemente, em todo tempo, da arma de fogo.

Isto retira todas as nossas conquistas neste campo de reconhecimento: o risco para todo trabalho nas atividades de segurança e vigilância, seja armada ou desarmada (Lei 12.740/2012 – Lei da Periculosidade) e a decisão do Superior Tribunal de Justiça – STJ que também considerou o risco, seja armado ou desarmado.

O PLP 245 foi fruto da nossa mobilização e negociação no Senado Federal em 2019, que

manteve o direito a aposentadoria especial e, no texto original apresentado pelo Senador Eduardo Braga (AM) garantia a aposentadoria para todos, armados ou não. Mas agora, se aprovado o Substitutivo do Senador Esperidião, a maioria dos Vigilantes nunca se aposentará.

Assim como nos mobilizamos para outras lutas (30% periculosidade, lei anticálculo, etc.), o momento é de mobilização para todos os Vigilantes e suas lideranças, principalmente os mais novos.

Para os que já têm tempo de se aposentar, não vale “esperar para ver”.

Precisamos pressionar o Senador Amim e outras lideranças do Senado. Este Substitutivo é mais uma sentença de morte para a nossa categoria. Diga ao Senador Esperidião que o risco da nossa atividade é para o armado e o desarmado. Que não aceitamos a retirada da nossa conquista. Não ao Substitutivo ao PLP 245/2019.

Anote os Contatos do Senador:

Senado Federal Anexo 2 Ala Nilo Coelho Pavimento Térreo Sala 2

Telefones: (61) 3303-6446 / 6447 / 6454

E-mail: sen.esperidiaoamin@senado.leg.br

Escritório de apoio: RUA ÁLVARO DE CARVALHO, 267. 10º ANDAR ED. MAPIL. CENTRO, FLORIANÓPOLIS, SC. CEP: 88010-040 - Telefone:(48) 3222-4100

Fonte: CNTV

PLP 00245 2019 Complementar

Ementa: Regulamenta o inciso II do § 1º do art. 201 da Constituição Federal, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial aos segurados do Regime Geral de Previdência Social, e dá outras providências

08/03/2022 SACAE - Secretaria de Apoio à Comissão de Assuntos Econômicos
Reunida a Comissão nesta data, foi aprovado o REQ nº 3/2022-CAE para instrução da matéria. Apreciado também o REQ nº 5/2022-CAE, também para instrução da matéria, que é declarado prejudicado. A matéria aguarda a realização de audiência pública.

Situação: 08/03/2022 - AGUARDANDO AUDIÊNCIA PÚBLICA.

08/03/2022 SACAE - Secretaria de Apoio à Comissão de Assuntos Econômicos
Recebidos os Requerimentos nºs 3 e 5, de 2022, de audiência pública para instrução da matéria.

Situação: 08/03/2022 - AGUARDANDO AUDIÊNCIA PÚBLICA

BAHIA

VIGILANTES SERVIS/BB:

HOMOLOGAÇÃO DOS 180 VIGILANTES MARCADA PARA SABADO, 12



A homologação da rescisão do contrato de trabalho dos mais de 180 Vigilantes da empresa Servis que atuaram no Banco do Brasil de

Salvador e RMS até o ultimo dia 13/02 está prevista e acertada entre Sindicato e empresa para o próximo sábado, dia 12, em Lauro de Freitas.

A empresa ficou de organizar dois grupos: um para as 8h e outro para as 10h e a expectativa é encerrar o processo logo no inicio da tarde.

Fundamental que cada Vigilante porte sua CTPS e comprovante do deposito da rescisão (extrato bancário), bem como já tenha realizado o Exame Demissional e entregue o material.

O Sindicato está mobilizado para prestar todo apoio e orientação aos colegas.

Estamos juntos!

SINDVIGILANTES/BA

Após mudanças, CCJ volta a analisar regras de acesso a armas



Marcos do Val é relator do PL sobre armas e também de projeto que amplia caracterização de assédio sexual, outro item na pauta

Geraldo Magela/Agência Senado

O projeto de lei que regulamenta o porte de arma de fogo para caçadores, atiradores e colecionadores (CACs) é o primeiro item da pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), na reunião marcada para as 10h30 desta quarta-feira (9).

Polêmica, a proposta (PL 3.723/2019) recebeu mais de 70 emendas e esteve na pauta na última reunião do colegiado antes do Carnaval. Foi discutida, mas não chegou a ser votada, por falta de entendimento entre os parlamentares. Vários deles sugeriram alterações no texto.

O relator, senador Marcos do Val (Podemos-ES), aceitou fazer algumas mudanças na proposição — que, depois de passar pelo Senado, deverá voltar à análise da Câmara dos Deputados. A principal delas diz respeito ao limite de armas que podem ser registradas pelos CACs. O texto da Câmara fixava um mínimo de 16 equipamentos, mas não previa um limite máximo para o arsenal. Agora o

relator propôs que o Comando do Exército determine o quantitativo máximo, “assegurada a quantidade de 16 armas de calibre permitido ou restrito por acervo, das quais 6 poderão ser de calibre restrito”.

Assédio sexual

Marcos do Val também é relator do PLS 287/2018, que está na pauta desta quarta-feira. A proposição, da ex-senadora Vanessa Grazziotin, altera o Código Penal para simplificar e ampliar a caracterização do crime de assédio sexual.

Conforme a redação proposta, a condição de chefe ou qualquer outro tipo de ascendência hierárquica sobre alguém poderá não ser mais exigida para caracterização do assédio. O projeto define que o assédio seria comprovado pelo simples constrangimento de alguém por qualquer pessoa em busca de vantagem ou favores sexuais.

Atualmente o Código Penal descreve o delito como o constrangimento de alguém

para obtenção de vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agressor da posição de superior hierárquico ou ascendência decorrentes de emprego, cargo ou função em relação à vítima.

“O ato, em si, é violento, ainda que se limite a uma importunação sem consequências mais graves, e a tipificação penal deve reprimir o agente e proteger a vítima, sejam eles chefe e subordinada, ou não”, observou a autora do projeto, quando apresentou o PL ao Senado.

Lei Maria da Penha

Ainda na área de segurança pública, os senadores vão avaliar o PL 1.822/2019, do senador Fabiano Contarato (PT-ES), que estabelece segredo de Justiça nos processos sobre crimes praticados no contexto da violência doméstica e familiar contra a mulher.

O projeto altera a Maria da Penha (Lei 11.340, de 2006). Hoje a determinação do segredo de justiça nesses casos depende da avaliação do juiz, salvo as exceções já estabelecidas em lei. Na justificção, Contarato afirma que a publicidade nos processos que envolvem a violência doméstica e familiar contribuem para a revitimização da mulher, uma vez que as expõe a constrangimento social, situação agravada pelos recursos tecnológicos que praticamente impossibilitam o resguardo de sua intimidade e a proteção de sua vida íntima.

A relatora, Eliziane Gama (Cidadania-MA), acrescentou um parágrafo para restringir esse sigilo aos fatos e ao nome da vítima, podendo o nome do agressor ser de conhecimento público.

Multas a presídios

A pauta desta quarta-feira tem ainda outro projeto na área de segurança pública. É o Projeto de Lei do Senado (PLS) 37/2017, que permite a juízes aplicar multa a presídios que submeterem condenados a condições degradantes.

A penalidade poderá ser imposta a unidades prisionais geridas pelo poder público ou por empresa privada. A intenção da proposta, de autoria da senadora Simone Tebet (MDB-MS), é incentivar a melhoria da gestão desses estabelecimentos. O relator, senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE), recomendou a aprovação.

Emendas ao PL 3.723/2019

Fonte: Agência Senado



Emenda do relator

O Exército vai regulamentar a quantidade de armas autorizadas para caça ou tiro esportivo, assegurado que esse número não será menor do que 16 armas de calibre permitido ou restrito por acervo, das quais 6 poderão ser de calibre restrito.

Emendas acolhidas totalmente pelo relator

Emenda 3	Aumenta de 5 anos para 10 anos a validade do documento de porte de arma de fogo curta para atiradores esportivos. Do senador Lasier Martins (Podemos-RS).
Emenda 4	Reduz de 5 para 1 ano o período que o atirador esportivo deve aguardar, a partir da primeira emissão do Certificado de Registro, para que seja autorizado a portar arma de fogo. Do senador Lasier Martins.
Emenda 36	Concede porte de arma de fogo para procuradores estaduais e do DF. Do senador Carlos Portinho (PL-RJ).
Emenda 39	Concede porte de arma de fogo para fiscais do meio ambiente. Do senador Jaques Wagner (PT-BA).
Emenda 55	Faz mudança de redação para explicitar que a permissão dada a agentes policiais e outros profissionais de adquirirem até 10 armas de fogo se refere a armas para prática desportiva. Do senador Esperidião Amin (PP-SC).
Emenda 56	Concede porte de arma de fogo para auditores fiscais agropecuários. Do senador Luis Carlos Heinze (PP-RS).
Emenda 57	Suprime no artigo do projeto de lei que possibilitava mera declaração para obtenção de registro. Do senador Fabiano Contarato (PT-ES).

Emendas acolhidas parcialmente

Emendas 38 e 53	Concede porte de arma para agentes de trânsito e guardas municipais. Do senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE).
Emenda 45	Concede porte de arma de fogo para agente de trânsito. Do senador Telmário Mota (Pros-RR).

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

Mais de 2 milhões de pessoas esperam por seus benefícios do INSS

Déficit de peritos, sistemas sucateados e falta de servidores estão entre as causas, segundo o sindicato do setor

Por Cida de Oliveira, da RBA
Publicado 07/03/2022 - 17h54
Marcelo Casal Junior/ABR



Desde o golpe de 2016, os investimentos no Instituto de previdência foram paralisados, piorando a vida de quem trabalha e de quem depende de um benefício

São Paulo – Mais de 2 milhões de brasileiros aguardam a concessão de seus benefícios pelo Instituto Nacional do Seguro Social. Nessa fila do INSS que pode levar meses, a maioria aguarda por perícia médica, segundo Pedro Totti, presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Seguro Social e Previdência Social no Estado de São Paulo (SINSSP). De acordo com o dirigente, o atendimento já foi melhor, mas teve piorou muito. Isso depois que o governo de Jair Bolsonaro extinguiu as mais de 100 gerências

espalhadas pelo país responsáveis pelo serviço. “Cada uma tinha de dar conta de seu estoque. Desse modo, com a criação de uma espécie de ‘fila única’, vieram os atrasos e os problemas foram se acumulando.”

No entanto, outros fatores contribuem para que o mau funcionamento e à nova fila do INSS, afetando a vida dos servidores e da população. “Para se ter uma ideia do sucateamento, o rendimento aumentou depois que o trabalho passou a ser feito em home office porque a internet nas agências é mais lenta”, diz Totti.

Servidores do INSS iniciam operação por melhoria no atendimento

A falta de servidores é outro fator que vem se agravando. “Nos governos do PT, colocaram pessoal da área para discutir previdência na lógica salarial dos servidores. Investiram em tecnologia, em internet. As filas que dobravam quarteirão acabaram. Foi feita gestão por espécie de benefício. No governo Dilma já não tinha mais fila do INSS. Além disso, foi apresentado plano de reposição de 5 mil servidores que se aposentaram e depois de mais 2 mil. Mas, com o golpe, Temer cancelou tudo e veio o sucateamento em toda a máquina”, conta Totti.

Na semana passada, os servidores deram início à chamada Operação Excelência, para chamar a atenção para esse processo que piorou o INSS para os trabalhadores e para quem depende de um benefício. A operação envolve todos os setores.

Na próxima quarta-feira (9), quando representantes de sindicatos se encontram com o ministro do Trabalho e Previdência Social, Onyx Lorenzoni, será um dia de paralisação. O dirigente não descarta a deflagração de uma greve ainda sem data.

Fonte: RBA

Mulheres sofreram mais os efeitos da pandemia no trabalho, principalmente as negras

Elas foram mais atingidas pelo desemprego e têm maior dificuldade de se recolocar. Além de continuar ganhando menos do que os homens, mesmo quando têm mais escolaridade



RBA - Na “situação dramática” do mercado de trabalho brasileiro, com desemprego, informalidade, precarização e corte de direitos, aliada à pandemia, as mulheres foram “duramente atingidas”, destaca o Dieese.

Em boletim divulgado para marcar o Dia Internacional da Mulher, o instituto lembra que elas historicamente já ocupam as posições mais vulneráveis no mercado. São mais atingidas pelo desemprego e maior dificuldade de reinserção, além de receber menos do que os homens, mesmo tendo

maior grau de escolaridade.

No terceiro trimestre do ano passado, havia 1,106 milhão de mulheres a menos na força de trabalho em relação a igual período de 2019, chegando a um total de 46,398 milhões.

Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do IBGE. Isso significa, aponta o Dieese, “que parcela expressiva de trabalhadoras saiu do mercado de trabalho durante a pandemia e ainda não havia retornado em 2021”. Daquela redução, 925 mil eram trabalhadoras negras.

Desemprego e realocação

Já entre as ocupadas, no ano passado havia aproximadamente 1,670 milhão a menos, sendo 1,211 milhão negras. E as desempregadas aumentaram em 564 mil, com 285 mil negras e 277 mil não negras.

A diferença se observa também na taxa de desemprego, que no caso das mulheres subiu de 14,3%, em 2019, para 15,9% em 2021. Já a dos homens permaneceu estável: de 10% para 10,1%. As não negras têm taxa de desemprego de 12,5%, enquanto a das negras sobe para 18,9%.

Nos dois casos, as mulheres enfrentam dificuldade para retornar ao mercado. Praticamente metade das negras (49,9%) e das não negras (47,6%) desempregadas procuravam nova colocação há mais de um ano.

“Esse quadro é reflexo da crise sanitária e da desestruturação do mercado de trabalho pré-pandemia, uma vez que, no terceiro trimestre de 2019, as proporções de mulheres negras (37,5%) e não negras (35,2%) já eram altas” diz o Dieese.

Também em 2021, a proporção de homens em busca de trabalho há mais de um ano era de 36,1% para os negros e de 41,7% para os não negros.

Efeitos da “reforma”

As subutilizadas (que queriam trabalhar mais, porém não conseguiram) eram 33,3%

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

das ocupadas no terceiro trimestre de 2021. Entre os homens, 20,9%. A proporção cai para 26,2% para trabalhadoras não negras e subia a 39,1% para negras. “Vale destacar que a pandemia e a política econômica pífia do governo elevaram a subutilização da força de trabalho feminina.”

Segundo o Dieese, a pandemia agravou um quadro que já era ruim, por causa da “reforma” trabalhista de 2017. “Verificou-se o crescimento do número de mulheres trabalhadoras por conta própria, as chamadas empreendedoras, que, na verdade, são pessoas que lutam para sobreviver diante de uma realidade de precarização e incertezas.” De 2019 para 2021, só houve crescimento da ocupação entre trabalhadoras por conta própria: 9,4% para não negras e 2,9% para negras.

E os rendimentos das mulheres continuam menores que os dos homens. No terceiro trimestre de 2021, elas recebiam em média R\$ 2.078, enquanto eles ganhavam R\$ 2.599. Assim, as mulheres ganham o equivalente a 80% dos homens, mesmo com mais escolaridade. A proporção subiu ligeiramente em relação a 2019 (78%). Por hora, as mulheres negras recebiam R\$ 10,83 e as não negras, R\$ 17,13 (37% a menos).

Foto: Agência Brasil

Fonte: Rede Brasil Atual (RBA)

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF